

Relatório das discussões sobre a avaliação e a minuta de resolução proposta à Proens em 2014 pela Comissão de Avaliação da Aprendizagem

Após assistir o vídeo encaminhado pela PROENS, o grupo iniciou intenso debate a respeito das práticas avaliativas desenvolvidas no campus. As práticas buscando desenvolver um processo de avaliação qualitativo, inclusivo e formativo, que esteja efetivamente articulado com o desenvolvimento da aprendizagem de todos os estudantes, têm avançado nos processos de ensino em curso. Entretanto, muitos ainda são os desafios. Os docentes revelam diversas concepções, perspectivas e práticas de avaliação, diversidade esta, muitas vezes explicada pelas características próprias de cada área do conhecimento, por exemplo, na área das exatas, os docentes apresentam maior dificuldade para estabelecer uma relação qualitativa entre resultado do estudante e o conceito a ser atribuído. Muitas vezes, a avaliação é quantificada, numericamente, para depois, ser atribuído um conceito. Tais dificuldades decorrem, tanto dos aspectos da formação inicial e continuada dos docentes, quanto das características da própria área de formação, geralmente revestida por uma racionalidade demasiada. Outras inquietações que surgem estão relacionadas às expectativas e aos objetivos propostos para a aprendizagem. Muitas vezes para garantir a recuperação de conteúdos, ou atender aos diferentes níveis e ritmos de aprendizagem das turmas, os docentes acabam por recortar e delimitar conteúdos, retomar repetidas vezes o mesmo conteúdo, para que os estudantes se apropriem, ou mesmo, diminuir o nível de cobrança dos instrumentos utilizados para avaliar, o que pode levar ao que chamamos em algumas discussões de “nivelamento por baixo”. Dentre as discussões que sempre temos no campus, relacionando a inclusão com a garantia da aprendizagem, está a contradição entre a qualidade do desempenho de nossos

estudantes quando ingressam no instituto, e a qualidade do desempenho que queremos que eles tenham no decorrer do curso. Como toda e qualquer contradição, esta nos impõe uma série de provocações com relação ao quê e como ensinamos, nos obrigando a rever nossas práticas e nossa relação com o aluno, considerado enquanto sujeito real, e não ideal, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Temos dificuldades em avaliar de modo processual, considerando o desempenho dos estudantes em sua subjetividade, em sua individualidade, em suas limitações e potencialidades, sem definir padrões avaliativos, que facilitem a atribuição de resultados. Também temos dificuldades para atender a diversidade da sala de aula, os estudantes com dificuldades, os estudantes que não estão motivados e interessados em aprender. Reconhecemos isso e buscamos superar. Consideramos, dentre as principais questões estruturais, que limitam nossas possibilidades de atender e intervir nas situações de desempenho insuficientes: o grande número de estudantes; a falta de profissionais como psicólogo, assistente social, para a constituição de uma equipe multidisciplinar; a carga horária dos docentes, especialmente de componentes como Língua Portuguesa e Matemática, que, já chegando ao limite, o que os impede de desenvolver oficinas extracurriculares, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas com conhecimentos previstos para o Ensino Fundamental, que são necessários para a compreensão daqueles previstos para o Ensino Médio, Entendemos que, se nosso papel é incluir e ensinar, não podemos fechar os olhos para estes estudantes e desenvolver uma prática distante das suas possibilidades de aprendizagem com o restante da turma. Destacamos, neste sentido, a importância do planejamento do docente ser realizado em conjunto com o Pedagogo, buscando desenvolver práticas e estratégias que deem conta das contradições que permeiam a escolarização formal. Para tanto, foi proposto que, quinzenalmente, os docentes reúnam-se

com a pedagoga para dialogar sobre suas práticas e sobre o planejamento de suas ações pedagógicas.

Com relação à minuta, a leitura surtiu diversos pontos de discussão e polêmica pelo grupo, (por ser um grupo pequeno, realizamos conjuntamente). Entendemos que, ao assumir o corpo de um dispositivo legal, que visa definir objetivamente o modo como deve ser realizada a avaliação no IFPR, julgamos que falta ao texto um tom mais “resolutivo”, visto que, a começar pelos princípios, podemos abstrair diversas interpretações dos mesmos. No mesmo grupo, entendemos de formas muito diferentes vários artigos propostos. Assim, de início, sugerimos que o texto adquira um tom menos teórico e mais prático, objetivo, sobre como devemos proceder. Com isso, não dispensamos ou desvalorizamos as perspectivas teóricas que embasam a minuta, entendemos que o texto pretende ampliar as concepções de avaliação num sentido qualitativo e inclusivo, entretanto, é necessário que seja mais assertivo e claro sobre o que se pretende efetivar nos processos de avaliação da instituição. Com relação aos consensos e polêmicas levantadas, podemos afirmar que de modo geral, tivemos uma aceitação positiva do dispositivo legal. Entretanto, apresentamos sugestões para os seguintes pontos: No artigo 8, a participação do estudante em sala de aula não aparece como um possível critério de avaliação, julgamos ser importante indicar. No Artigo 11, desenvolver a recuperação em horário inverso ao da aula é uma dificuldade que temos no nosso campus, pois atendemos estudantes de município vizinhos, trabalhadores, que não tem disponibilidade para vir à instituição realizar uma avaliação de recuperação e mesmo a recuperação de conteúdos. Sendo as mesmas direito do estudante, indicamos como sugestão que o texto seja alterado para que a recuperação seja realizada **preferencialmente** no horário inverso ao da aula, dando margem para que os docentes atendam necessidades específicas de

determinados contextos, se necessário, fazendo a recuperação em horário de aula.

O ponto mais polêmico da minuta está na alteração dos conceitos, no artigo 13, que diz:

Art. 13. Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e disponibilizados por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

I – conceito ATINGIU (A) - quando o estudante atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;

II – conceito ATINGIU PARCIALMENTE (AP) - quando o estudante atingiu parcialmente os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;

III – conceito NÃO ATINGIU (NA) - quando o estudante não atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem (MINUTA IFPR, 2014).

Dentre as discussões, alguns docentes destacaram que esta organização generaliza muito a condição de aprendizagem e desempenho de estudantes que atingiram, parcial ou plenamente o processo de ensino e aprendizagem. Para alguns docentes, isso dificultaria a atribuição do conceito. Para outros, esse modo de atribuir o conceito desestimula o estudante que busca sair de um conceito B para um A. Para outros ainda, a mudança é positiva, pois a preocupação do estudante deve estar focada na aprendizagem e não no conceito, e a forma proposta para a atribuição dos conceitos seria menos classificatória, meritocrática e competitiva. De qualquer modo, temos grandes desafios para que a avaliação por conceitos se efetive de fato, enquanto um processo qualitativo, formativo e inclusivo. Necessitamos, que, para além das alterações nos dispositivos legais, tenhamos formação continuada a respeito. Precisamos romper com o paradigma da avaliação como exame e isso se faz na

práxis, com o enfrentamento das contradições e inquietações que permeiam o processo de avaliar.

Integrantes do GT Avaliação no Campus Coronel Vivida

Servidor	Cargo	E-mail
Fernanda Ribeiro de Souza	Pedagoga	fernanda.souza@ifpr.edu.br
Vera Lúcia Medeiros de Albuquerque de Azambuja	Docente	vera.azambuja@ifpr.edu.br
Thiana Nunes Cella	Docente	thiana.cella@ifpr.edu.br
Ligia Kohhan de Fraga	Docente	ligia.fraga@ifpr.edu.br
Isaías Venancio da Luz Filho	Docente	isaias.luz@ifpr.edu.br